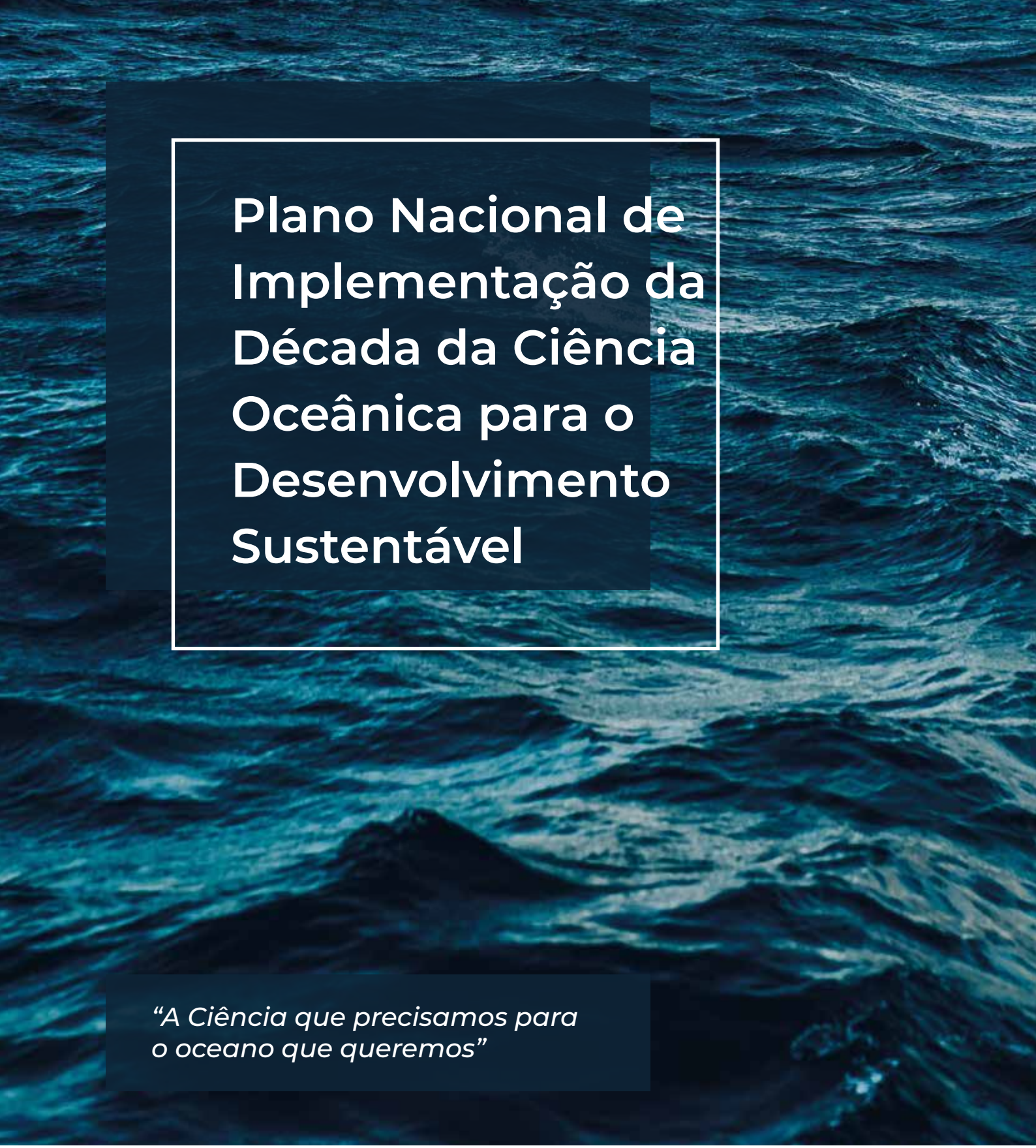

Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável

"A Ciência que precisamos para o oceano que queremos"

Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030)

2021 2030 Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Década da Ciência Oceânica BRASIL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria de Pesquisa e Formação Científica

Coordenação-Geral de Oceano, Antártica e Geociências

Plano Nacional de Implementação da

Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável

Sumário

4 Introdução

6 Sobre a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável

10 Gestão e Governança da Década do Oceano no Brasil

14 Como participar da Década do Oceano no Brasil?

16 Ações prioritárias identificadas em consulta à sociedade

18 Ações planejadas para a Década

20 Comunicação e Mobilização

Capa: © Thom Gonzalez / Pexels.com
Sumário: © Thiago Cruz
Editorial: Maria Eduarda Coutinho / CGOA - MCTI

Introdução

O Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável é um instrumento de planejamento nacional elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) com a participação do Comitê de Assessoramento à Gestão da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Portaria MCTI nº 4.534 de 8 de março de 2021). Este Plano é parte do Programa Ciência no Mar do MCTI (Portaria nº 4.719 de 5 de maio de 2021) que tem por intuito promover a gestão do conhecimento para o uso e exploração sustentável dos recursos do mar e alinha as ações nacionais à agenda global da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, popularmente conhecida como Década do Oceano.

Este documento foi elaborado em consonância com o Plano Global de Implementação da Década do Oceano, elaborado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (UNESCO-COI) e aprovado em dezembro de 2020 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O Plano Global, a ser implementado entre 2021 e 2030, apresenta um plano de ação e etapas previstas para atingir os resultados esperados e superar os desafios para a Década do Oceano, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. De forma similar, o Plano Nacional apresenta orientações estratégicas em nível nacional; os mecanismos de gestão da Década do Oceano no Brasil - governança, gestão e planejamento e as orientações para a participação e engajamento da sociedade.

No Brasil, a elaboração deste conteúdo é resultado de um processo participativo no qual diferentes setores da sociedade foram ouvidos e colaboraram ativamente em diferentes etapas do processo, assegurando a plu-

© Andreas / Pexels.com

ralidade de visões e conhecimentos para o planejamento nacional da Década do Oceano. As informações para a construção deste documento foram obtidas entre 2019 e 2021 em diferentes momentos e formatos:

1. Workshop Regional do Atlântico Sul – evento oficial da UNESCO-COI e parceiros no qual participantes de diferentes setores da sociedade dos países do Atlântico Sul puderam identificar prioridades para a região Atlântico Sul, em 2019;
2. Oficinas subnacionais brasileiras "O Brasil na Década do Oceano": uma série de 5 oficinas, uma em cada região do país, onde aproximadamente 500 participantes puderam construir coletivamente indicadores regionais de prioridades para a Década do Oceano, em 2020;
3. Contribuições técnicas enviadas ao MCTI por meio de formulário eletrônico aberto à toda a sociedade em 2020;
4. Consulta aos órgãos públicos do Governo Federal por meio da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), coordenada pela Marinha do Brasil em 2021.

O "Relatório de atividades 2019-2020: fase preparatória" detalha estas atividades e pode ser encontrado no sítio eletrônico da Década do Oceano no Brasil.

Importante destacar que este Plano complementa e apoia a articulação de ações do Governo Federal que estão em curso por outros planos, políticas e programas federais. Como componente do Programa Ciência no Mar do MCTI, também está vinculado à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do ministério.

Sobre a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável

A proposta para o estabelecimento da Década do Oceano foi construída ao longo de um processo intergovernamental, gerido pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (UNESCO-COI), e submetida à aprovação da 29ª Assembleia da UNESCO-COI, em junho de 2017, para posterior submissão à conferência Geral da UNESCO e aprovação final pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) em dezembro de 2020. A Década do Oceano também visa contribuir para a implementação da Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dentre os ODS, aquele especificamente dedicado ao Oceano é o 14 - Vida na Água. Sua relação com os demais ODS está detalhada no Relatório do Workshop Regional do Atlântico Sul.

Iniciada em 2021, a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, também chamada de Década do Oceano, visa direcionar as atenções e esforços dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para uma missão comum: "catalisar soluções transformadoras baseadas na ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável, conectando as pessoas ao nosso oceano". Assim, busca-se promover a ciência como base da tomada de decisão e para o desenvolvimento de ações coordenadas para transformarmos o "oceano que temos" e alcançarmos o "oceano que queremos".

A visão da Década do Oceano é: a ciência de que precisamos para o oceano que queremos.

A missão da Década do Oceano é: catalisar soluções transformadoras baseadas na ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável, conectando as pessoas ao nosso oceano.

A Década do Oceano destaca o papel central da Ciência para que possamos atingir o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o Plano Global de Implementação apresenta o conceito de ciência transformadora para a Década do Oceano, que ressalta a importância de uma visão participativa no processo científico e alinhada às demandas locais e globais. São princípios:

- Utilizar a Agenda 2030 como uma estrutura central para identificar e abordar as questões sociais mais urgentes relacionadas com o ODS 14 e outros ODS relacionados;
- Ser coprojetada e coentregue em um ambiente participativo entre múltiplos setores da sociedade, a fim de ser relevante e responsiva em toda a cadeia de valor, desde a geração de conhecimento, até aplicações e serviços que promovam soluções cientificamente embasadas;
- Estar focada em soluções e contribuir para uma ampla variedade de potenciais soluções, incluindo política, tomada de decisão, estruturas de gestão ou governança, ou tecnologia, desenvolvimento e inovação;
- Quando necessário, é grande, audaciosa, voltada para o futuro e geograficamente abrangente;
- Atingir todas as disciplinas e integrar ativamente as ciências naturais e sociais;
- Incorporar os conhecimentos indígenas locais e da pesca artesanal como fontes chave de conhecimento;
- Ser transformadora em função de quem a está fazendo ou onde está sendo feita, contemplando países menos desenvolvidos e desenvolvidos;
- Se empenhar pela diversidade de gerações, gênero e localização geográfica em todas as suas manifestações;
- Ser comunicada em modalidades que são amplamente compreendidas por toda a sociedade e provocar inspiração para com o oceano e pela mudança de comportamento;
- Ser compartilhada abertamente e disponível para reutilização.

Neste contexto, o objetivo do planejamento nacional para a Década do Oceano é orientar, coordenar e facilitar as ações nacionais que permitirão o alcance dos seus sete resultados, enfrentando os seus dez desafios, e seguindo, em um segundo nível, os três objetivos da Década, que orientam o processo.

Sete resultados esperados:

1. Um oceano limpo, onde as fontes de poluição estejam identificadas e sejam reduzidas ou removidas;
2. Um oceano saudável e resiliente, onde os ecossistemas marinhos sejam compreendidos, protegidos, recuperados e devidamente geridos;
3. Um oceano produtivo, que suporte uma cadeia alimentar sustentável e uma economia oceânica sustentável;

4. Um oceano previsível, o qual a sociedade compreenda para que possa responder às alterações das suas condições;

5. Um oceano seguro, em que a vida e os meios de subsistência sejam protegidos contra os riscos relacionados com o oceano;

6. Um oceano acessível, com acesso livre e equitativo aos dados, à informação, à tecnologia e à inovação;

7. Um oceano inspirador e envolvente, para que a sociedade possa compreender e valorizar a sua relação com o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável.

Dez desafios:

1. Compreender e fazer um levantamento das fontes terrestres e marinhas de poluentes e contaminantes e os seus potenciais impactos na saúde humana e nos ecossistemas marinhos, e desenvolversoluções para os remover ou atenuar;

2. Compreender os efeitos de múltiplos fatores de estresse nos ecossistemas marinhos e desenvolver soluções para monitorar, proteger, manejar, gerir e recuperar os ecossistemas e a sua biodiversidade em condições ambientais, sociais e climáticas em constante alteração;

3. Gerar conhecimento, apoiar a inovação e desenvolver soluções para otimizar o papel do oceano na alimentação sustentável da população mundial em condições ambientais, sociais e climáticas em constante alteração;

4. Gerar conhecimento, apoiar a inovação e desenvolver soluções para o desenvolvimento equitativo e sustentável da economia oceânica em condições ambientais, sociais e climáticas em constante alteração;

5. Aumentar a compreensão do nexo entre o oceano e o clima e gerar conhecimento e soluções para mitigar, adaptar e reforçar a resiliência aos efeitos das alterações climáticas em todas as regiões e a todas as escalas, e melhorar os serviços, incluindo as previsões relativas ao oceano, ao clima e às condições meteorológicas;

6. Melhorar os serviços de alerta antecipado de multirriscos para ameaças de impactos geofísicos, ecológicos, biológicos, meteorológicos, climáticos e antropogênicos, que possam afetar as zonas marinhas, bem como a preparação e resiliência das comunidades;

7. Garantir um sistema sustentável de observação do oceano com ampla abrangência espacial e temporal em todas as bacias oceânicas, que forneça dados e informações acessíveis a todos os interessados no tempo adequado para implementar ações e gerar conhecimento, assim como potencializar a gestão dos sistemas socioecológicos marinhos;

8. Através da colaboração de vários intervenientes, desenvolver uma representação digital abrangente do oceano, incluindo um mapa dinâmico de acesso livre e gratuito que permita explorar, descobrir e visualizar as condições do oceano no passado, presente e futuro, utilizando sistemas de observação do oceano, de uma forma que possa ser relevante para todas as partes interessadas;

9. Assegurar o desenvolvimento de recursos humanos e competências relacionadas às atividades socioeconômicas voltadas para o mar, assim como garantir o acesso equitativo aos dados, à informação, ao conhecimento e à tecnologia referente a todos os aspectos da ciência do oceano e para todas as partes interessadas;

10. Assegurar que os vários valores e serviços que o oceano aporta ao bem-estar humano, à cultura e ao desenvolvimento sustentável sejam compreendidos, além de identificar e ultrapassar quaisquer barreiras às mudanças de comportamento necessárias para uma alteração gradual da relação da sociedade com o oceano.

Objetivos:

1. Identificar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento sustentável e aumentar a capacidade científica relativa aos oceanos para fornecer os dados e as informações necessárias sobre os oceanos;
2. Capacitar e aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre os oceanos, incluindo as interações humanas, bem como as interações com a atmosfera, a criosfera e a interface terra/mar;
3. Aumentar a utilização do conhecimento sobre o oceano, e desenvolver capacidades para colocar em prática soluções para o desenvolvimento sustentável.

© Josh Hild / Pexels.com

Gestão e Governança da Década do Oceano no Brasil

A Governança da Década da Ciência Oceânica no Brasil é responsabilidade do MCTI, representante científico do Brasil na Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (Decreto SN de 5 de janeiro de 1994), com o apoio do Comitê de Assessoramento da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. A condução dos trabalhos no MCTI é feita pela Secretaria de Pesquisa e Formação Científica, Departamento de Ciências da Natureza, Coordenação-Geral de Oceano, Antártica e Geociências, nos termos do Regimento Interno do MCTI estabelecidos pela Portaria MCTI nº 3.410, de 10 de setembro de 2020.

O Comitê de Assessoramento apoia o MCTI na formulação e implementação de iniciativas para a Década da Ciência Oceânica no Brasil. A composição atualizada do Comitê, memórias de reuniões e demais informações estão disponíveis ao público em sítio próprio e são constantemente atualizadas. Este Comitê de Assessoramento é constituído por representantes de diferentes instituições e setores. Seu objetivo é incentivar e facilitar as contribuições nacionais para a Década, promover a participação dos diversos setores interessados e contribuir para o acesso aos seus benefícios, sejam estes

dados, previsões, ferramentas de apoio à tomada de decisão baseadas na ciência ou oportunidades de desenvolvimento de capacidades. O Comitê de Assessoramento busca congregar todas as partes interessadas, facilitando o intercâmbio e cooperação entre as instituições visando avançar as bases da ciência oceânica no Brasil. As competências dos Comitês Nacionais foram definidas pela COI e estão disponíveis na publicação do Guia Operacional para os Comitês Nacionais. Resumidamente, os comitês são responsáveis por:

- Conectar a estrutura da Década à ciência nacional e à comunidade para promover a geração de conhecimento;
- Fornecer insumos nacionais para a formulação de Ações da Década entre grupos de partes interessadas e / ou nações;
- Identificar prioridades nacionais, incluindo o desenvolvimento de Programas da Década.
- Coordenar atividades nacionais de divulgação e comunicação;
- Facilitar o fornecimento de apoio nacional necessário;
- Incentivar as contribuições voluntárias para as chamadas internacionais;
- Fornecer relatórios para a Unidade de Coordenação da Década;
- Facilitar a realização de reuniões regionais ou internacionais relacionadas com a Década.

No Brasil, além do Comitê de Assessoramento, 5 Grupos de Apoio à Mobilização Regional (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil) e um Grupo de Mobilização Jovem se formaram por iniciativa da sociedade com o objetivo de facilitar os processos de comunicação, mobilização e engajamento. Os Grupos de Apoio à Mobilização Regional (GAMs) são organizações independentes, de livre adesão, formadas por voluntários dedicados a desenvolver atividades relacionadas à Década da Ciência Oceânica em cada região do Brasil. A atuação dos GAM é acompanhada e apoiada pelo MCTI. A participação nos GAMs é livre e pode ser solicitada em contato com o responsável em qualquer tempo. Outras formas de participação podem ser consultadas junto ao MCTI. Maiores informações sobre a atuação dos Grupos e formas de adesão estão disponíveis em página do sítio da Década no Brasil.

O MCTI mantém reuniões de acompanhamento regulares com o Comitê de Assessoramento e com os GAMs para realização dos trabalhos. Em complemento à governança instituída para a Década da Ciência Oceânica, é mantido o diálogo e articulação com os órgãos públicos envolvidos com temáticas marinhas por meio de comitês de governança das Políticas e Programas Nacionais dedicados ao oceano.

Destaca-se a importância da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), gerida pela Marinha, que agrega os principais órgãos federais envolvidos com a temática no âmbito do X Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). A CIRM estabeleceu um Comitê Executivo para tratar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Década da Ciência Oceânica (Resolução nº 07 de 24 de agosto de 2021 e Resolução nº 13 de 30 de julho de 2020). Este é o principal Comitê de governança para articular ações do Governo Federal em prol da Década.

© Marinha do Brasil

Mecanismos de implementação e monitoramento

O planejamento e a implementação da Década da Ciência Oceânica no Brasil são definidos por meio deste Plano Nacional de Implementação e de Planos de Trabalho Bianuais do Comitê de Assessoramento.

O MCTI define o plano de trabalho para gestão da Década no Brasil em consulta ao Comitê de Assessoramento, sendo formulado a partir do Plano de Implementação para Década. São produzidos relatórios de atividades a cada ano sobre as iniciativas empreendidas pelo MCTI e pelo Comitê de Assessoramento, e divulgados no sítio da Década. Outras avaliações de resultados, indicadores de resultado e de impacto poderão ser orientados pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (UNESCO-COI) obedecendo critérios mensuráveis e comparáveis para todos os países.

O Plano Nacional de Implementação poderá ser revisado conforme melhor julgamento do Comitê de Assessoramento e orientações da UNESCO-COI. O sítio da Década da Ciência Oceânica contém todas as informações atualizadas sobre a gestão, eventos e iniciativas.

Relação com outros Planos Nacionais

Além da relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Plano Nacional de Implementação também está diretamente relacionado aos outros Planos e Políticas Nacionais que orientam ações para uso sustentável, exploração e conservação do Oceano. As iniciativas destes Planos e seus resultados impactam diretamente os resultados almejados pela Década da Ciência Oceânica, podendo-se mencionar:

- Plano Plurianual 2020-23, Programa 6013;
- X Plano Setorial de Recursos para o Mar;
- Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) e Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC);

- Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM);
- Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA);
- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP);
- Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar;
- Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Política Marítima Nacional;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Política Nacional da Biodiversidade;
- Política de Desenvolvimento da Biotecnologia;
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca;
- Política Energética Nacional.

Financiamento e captação de recursos

A captação de recursos para as iniciativas nacionais da Década será realizada de forma independente por cada interessado nas Chamadas de Projetos a serem lançadas. O MCTI poderá lançar chamadas públicas de projetos, em ampla concorrência nacional, para alcançar os resultados indicados. Outras formas de financiamento poderão ser disponibilizadas pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (UNESCO-COI) e serão divulgadas no sítio da Década no Brasil.

Como participar da Década do Oceano no Brasil?

A ciência oceânica no contexto da Década abrange diferentes disciplinas e todas as formas de conhecimento, incluindo saberes locais e tradicionais. A interdisciplinaridade e a intersetorialidade são diretrizes da Década. O sucesso da Década dependerá da participação ativa de diferentes partes interessadas, incluindo cientistas, órgãos públicos, sociedade civil, órgãos financiadores e o setor privado.

Formas de participação e endosso de atividades pela UNESCO-COI

As formas de participação poderão ser por meio de programas, projetos, atividades ou contribuições de qualquer indivíduo ou organização. Um programa é uma atividade de nível nacional que contribui com os objetivos do Plano Nacional de Implementação da Década. Para que uma proposta de programa, projeto, atividade ou contribuição possa ser considerada como uma atividade oficial da Década, tanto no nível global, como nacional, ela deve receber um endosso da UNESCO-COI e a autorização para utilização da logomarca da Década do Oceano. Para a solicitação de endosso global, é necessá-

© Rachel Claire / Pexels.com

rio o preenchimento e submissão de um formulário on-line. Os critérios para o endosso de propostas são vários, porém a capacidade de contribuição aos objetivos da Década são fundamentais no processo de análise.

Uma vez endossadas, as ações serão divulgadas no sítio da Década Global. Com uma ação da Década endossada, os proponentes poderão usar a logomarca da Década durante a implementação da Ação e deverão apresentar um breve relatório anual.

Ações prioritárias identificadas em consulta à sociedade

Nas consultas do MCTI à sociedade aparecem com destaque os seguintes temas e ações prioritárias para a ciência oceânica nacional:

- Pesquisa, tecnologia, inovação para o desenvolvimento sustentável, considerando a gestão integrada, o ordenamento marinho e costeiro e a economia azul;
- Desenvolvimento de programas de monitoramento ambiental, de indicadores e de processos de gestão que dêem suporte a conservação de recursos marinhos e costeiros e a segurança marinha;
- Mapeamento, avaliação e identificação da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e os recursos pesqueiros a partir de abordagens ecossistêmicas;
- Avaliações em múltiplas escalas espaço-temporais, que considerem a observação do oceano, seus processos e a interação com o sistema terrestre e atmosférico;
- Avaliação, gestão de riscos e mitigação de impactos antrópicos na zona costeira, considerando os estressores múltiplos e as mudanças climáticas;
- Inclusão dos aspectos socioambientais, participação social e das comunidades tradicionais nas ações, pesquisas e discussões sobre a zona costeira e o uso de recursos;
- Desenvolvimento de governança participativa e de políticas públicas cientificamente embasadas para o desenvolvimento científico, tecnológico, de inovação, de gestão e conservação dos serviços ecossistêmicos e dos sistemas marinhos, costeiros e oceânicos;
- Promoção da cultura oceânica e da comunicação estratégica com diferentes setores da sociedade para engajamento e mudança de comportamento em prol da sustentabilidade do oceano;

- Mapeamento e desenvolvimento da infraestrutura física e logística sustentável, incluindo o financiamento, gestão de dados, informações, tecnologias e inovações para a ciência oceânica e gestão costeira e marinha.

Para cada uma das ações acima listadas, há uma série de ações potenciais detalhadas nos Relatórios Regionais da Década do Oceano, construídos pelos diferentes setores da sociedade durante as oficinas participativas realizadas em 2020. Com esse diagnóstico de necessidades e prioridades regionais é possível desenvolver programas, projetos, atividades a serem submetidos à UNESCO-COI por parte de qualquer entidade interessada. As informações sobre iniciativas propostas nacionalmente para a Década do Oceano são registradas e atualizadas no sítio de Década do Oceano no Brasil.

© Thom Gonzalez / Pexels.com

© Darren Lawrence / Pexels.com

Ações planejadas para a Década

A atuação do MCTI, como órgão central no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) é orientada pelo diálogo e construção conjunta com os atores Ministeriais que exercem um papel estratégico na definição de políticas e diretrizes da ciência, tecnologia e inovação nacionais; com as Agências de Fomento federais e estaduais; organizações vinculadas; Institutos Nacionais de C&T; Universidades e Institutos federais, estaduais e privados de pesquisa. A coordenação entre os atores do SNCTI está disposta na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022), que constitui o documento-base de planejamento para apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação do MCTI.

O planejamento do MCTI tem objetivo de contribuir transversalmente para o alcance dos sete resultados e os três objetivos da Década do Oceano. A lista abaixo inclui a previsão de ações prioritárias pelo MCTI até 2030, que estão no marco do Programa Ciência no Mar e Ciência Antártica:

- Qualificar uma organização social para pesquisa oceânica a partir de 2021 para fortalecer o sistema nacional de ciência e tecnologia para a ciência oceânica nacional;

- Estabelecer um centro de síntese nacional sobre oceano e a criosfera de forma a agregar o conhecimento existente e produzir informações para diferentes usuários;
- Lançar chamadas públicas de projetos de pesquisa sobre as prioridades nacionais até 2030;
- Estabelecer redes de especialistas em áreas do conhecimento estratégicas para o desenvolvimento sustentável nacional conforme demanda;
- Promover a ampla comunicação, mobilização e engajamento sobre as ações internacionais e nacionais em benefício da Década do Oceano de forma contínua;
- Organizar e promover ações educativas sobre ciência oceânica e antártica para incentivar o estudo e aprendizado nas escolas de ensino fundamental ao médio, de forma contínua;
- Promover ações de cultura oceânica e divulgação científica sobre oceano e Antártica para difundir o conhecimento à toda sociedade, de forma contínua;
- Promover e implementar projetos de cooperação internacional que apoiem a produção do conhecimento e a cooperação multilateral com países para definição de projetos de pesquisa;
- Promover a diplomacia científica para alcance dos objetivos da ciência oceânica e antártica;
- Fomentar a infraestrutura de pesquisa oceânica;
- Promover projetos de pesquisa de longa duração, em redes interinstitucionais de forma transdisciplinar;
- Incentivar a inovação e tecnologia orientada a soluções para o desenvolvimento sustentável;
- Apoiar a implementação de Políticas Públicas Nacionais relacionadas ao Oceano;
- Estabelecer acordos de cooperação técnica com entes públicos e privados com objetivos e ações para a Década do Oceano;
- Garantir a ampla participação, engajamento e mobilização da sociedade para o uso e exploração sustentável do oceano por meio de processos participativos de construção de diretrizes e prioridades para a ciência oceânica de forma contínua;
- Manter a coordenação nacional da Década do Oceano com o apoio do Comitê de Assessoramento e os Grupos de Apoio à Mobilização de forma contínua;
- Apoiar a coordenação de ações nacionais entre os órgãos do Governo Federal;
- Coordenar ações internacionais bilaterais e multilaterais para produção e utilização de evidências científicas sobre o oceano de forma contínua;
- Promover eventos de diálogo e co-construção entre os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação até 2030.

Comunicação e Mobilização

A comunicação da Década da Ciência Oceânica no Brasil é alinhada com as campanhas de comunicação promovidas pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (UNESCO-COI). O MCTI usa o sítio oficial do Ministério, o sítio desenvolvido para a Década e o canal de YouTube como mídias de divulgação.

O conteúdo da comunicação é definido pelo MCTI em consulta ao Comitê de Assessoramento e Grupos de Mobilização e é detalhada no plano de trabalho bianual. As mensagens são comunicadas em formatos de texto, vídeo, imagem e áudio aos seguintes públicos-alvo:

- Cientistas, instituições de pesquisa e instituições de ensino superior;
- Detentores de conhecimento local, tradicional e indígena;
- Profissionais do oceano em início de carreira (ECOPs);
- Agências do Sistema ONU e organizações e projetos intergovernamentais (IGOs);
- Governos nacionais e subnacionais;
- Comunidades costeiras locais;
- Partes interessadas do setor privado e de negócios;
- Hubs de tecnologia e inovação;
- Sociedades profissionais;
- Fundações filantrópicas e agências de financiamento à ciência;
- ONGs e sociedade civil;
- Crianças, jovens, estudantes e educadores;
- Público em geral.

É previsto que atividades contínuas de comunicação e mobilização sejam realizadas pelo MCTI a serem detalhadas no plano de trabalho bianual de trabalho, com intuito de:

- Estabelecer parcerias com atores para ações de comunicação;
- Construir e manter mala direta atualizada para email;
- Definir materiais e formatos de divulgação a partir de diagnósticos de comunicação;
- Manter repositório de informações oficiais;
- Manter canais de divulgação de conteúdo próprio (YouTube);
- Elaborar e disseminar material escrito e em vídeo;
- Promover oficinas para grupos multiplicadores de comunicação;
- Identificar e segmentar público-alvo para direcionamento de conteúdo;
- Promover divulgação científica;
- Traduzir e divulgar materiais produzidos pela UNESCO-COI;
- Participar em eventos de terceiros;
- Mapear esforços de divulgação científica já existentes e estabelecer parcerias;
- Organizar e oferecer media training para capacitar cientistas e pesquisadores para se comunicarem melhor com a mídia;
- Elaborar pesquisa de percepção pública sobre Oceano;
- Realizar diagnóstico sobre o que a população sabe e relaciona com Oceano;
- Identificar atores interessados prioritários e as formas mais efetivas e focadas de comunicação com eles.

É previsto que atividades contínuas de incentivo à mobilização e engajamento sejam realizadas pelo MCTI a serem detalhadas no plano de trabalho bianual:

- Organizar e promover iniciativas sobre ciência oceânica para incentivar o estudo e aprendizado nas escolas de ensino fundamental ao médio sobre a ciência oceânica;
- Promover oficinas para empoderar as novas gerações a se engajarem e comunicarem sobre a cultura oceânica;
- Organizar ações para capacitar jornalistas e profissionais da comunicação para divulgar temas da cultura e ciência oceânica;
- Promover sinergias entre iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais que sejam propostas em benefício da Década.

Outras ações pelo MCTI podem ser consultadas no sítio eletrônico da Década no Brasil.

Saiba mais em:

decada.ciencianomar.mctic.gov.br/

youtube.com/c/DécadadaCiênciaOceânicaBrasil